

# ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	9
RESUMO	11
ABSTRACT	13
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	15
NOTA PRÉVIA	21
INTRODUÇÃO	23
PARTE I	29
CAPÍTULO I – A CRISE DO IRC EM CONTEXTO ABERTO: O FENÓMENO BEPS	31
1. O Estado fiscal	31
2. O Estado fiscal e a extrafiscalidade	34
3. O poder tributário e a inclusão do rendimento empresarial na base tributária	39
4. A crise do IRC e o fenómeno BEPS	43
5. O fenómeno BEPS e o seu impacto	55
CAPÍTULO II – JUSTIÇA FISCAL INTERNACIONAL	63
1. Justiça fiscal internacional e o IRC	63
2. Justiça fiscal internacional e eficiência na alocação de recursos internacionais	71
3. A eficiência na alocação de recursos internacionais como critério normativo insuficiente para uma análise de Justiça fiscal internacional	76
4. A intensificação de trocas comerciais no séc. XX e os primeiros esforços de regulação de distribuição justa dos direitos tributários entre Estados	79
5. Noções de Justiça fiscal internacional	84
5.1. A influência de PEGGY MUSGRAVE	84
5.2. Sistematizações posteriores: um resumo	89
6. Justiça internacional: que referencial?	92
6.1. Justiça internacional: a visão cosmopolita	94

6.2.	Justiça internacional: a visão estatista	98
6.3.	Justiça internacional e a superação da dicotomia cosmopolitismo- -estatismo	101
7.	Justiça internacional: entre unidade de Direito e pluralismo jurídico	106
8.	Justiça internacional e Direito Fiscal	114
9.	Justiça fiscal internacional e repartição de bases tributárias	118
9.1.	A repartição de bases tributárias como resultado da fixação de jurisdição	118
9.2.	A fixação de jurisdição orientada por critérios de Justiça internacional	123
10.	Conclusão intermédia: uma proposta de noção de Justiça fiscal internacional e a sua aplicação	128
PARTE II		133
CAPÍTULO I – AS CAUSAS DO FENÓMENO BEPS E O IRC EM CONTEXTO ABERTO		135
1.	Causas de BEPS: unidade de contexto, diversidade de regras, fragmentação social	135
2.	A estrutura do IRC	135
2.1.	Os três pilares do IRC	135
2.2.	Os sete subpilares do IRC	139
3.	O GMN e o seu enquadramento económico-funcional	143
4.	O GMN e o seu enquadramento jurídico-fiscal	147
4.1.	Regimes de tributação de grupos	147
4.2.	Regimes de tributação de grupos transfronteiriços: a iniciativa CCCTB	153
4.3.	Regimes de tributação de grupos transfronteiriços: uma realidade rara e limitada	157
5.	O GMN e a estrutura de IRC	162
5.1.	A atuação do GMN e a estrutura de IRC: a incidência na entidade empresarial	163
5.2.	A atuação do GMN e a estrutura de IRC: o princípio da realização	172
6.	O GMN e comportamentos de substituição	175
7.	Comportamentos de substituição e contexto aberto	186
CAPÍTULO II – AS SOLUÇÕES PARA O FENÓMENO BEPS		189
1.	O relevo do regime de preços de transferência e a tributação do GMN e o princípio da fonte e o princípio da residência	189
1.1.	O regime de preços de transferência: uma breve descrição	190
1.2.	O regime de preços de transferência e suas limitações	198
1.3.	As limitações do regime dos preços de transferência e o projeto OCDE-BEPS	205
1.4.	O regime de preços de transferência no projeto BEPS	210
1.5.	O regime de preços de transferência após o projeto BEPS – comentário	218

2.	As limitações metodológicas do regime de preços de transferência	227
3.	Comportamentos de substituição e Direito Fiscal: o abuso em geral	231
4.	Comportamentos de substituição e Direito Societário	240
4.1.	O GMN e o regime dos grupos de sociedades no CSC	243
4.2.	O GMN e o regime dos grupos de facto no CSC	251
4.3.	O GMN e o regime das transações entre partes relacionadas	256
4.4.	O GMN e instruções desvantajosas	259
4.5.	A inaplicabilidade do regime de tutela de credores sociais ao fenómeno BEPS	261
4.6.	A inaplicabilidade de compensação de desvantagens provocadas pelo fenómeno BEPS dentro do GMN	266
4.7.	A <i>ultima ratio</i> – a desconsideração da personalidade jurídica no GMN?	270
5.	Revisão judicial de abuso de preços transferência: as decisões do TGUE nos casos <i>FIAT</i> , <i>Starbucks</i> e <i>Apple</i>	278
5.1.	O caso <i>FIAT</i>	279
5.2.	O caso <i>Starbucks</i>	282
5.3.	O caso <i>Apple</i>	287
5.4.	Revisão judicial de regime de preços de transferência e ónus de prova	292
6.	Conclusão intermédia: a insuficiência metodológica do regime de preços de transferência e a injustiça fiscal internacional	293
	<b>PARTE III</b>	297
	<b>CAPÍTULO I – FÓRMULAS DE REPARTIÇÃO COMO REMÉDIO PARA O FENÓMENO BEPS</b>	299
1.	A fórmula de repartição como alternativa aos preços de transferência	299
2.	O método FA em contexto fechado	307
2.1.	O método FA nos EUA	307
2.2.	O método FA no Canadá	309
2.3.	O método FA na Confederação Helvética	310
2.4.	O método FA e tributação local: os casos alemão e português	311
3.	O método FA em contexto aberto	313
4.	O método FA e as Diretrizes OCDE em matéria de preços de transferência	317
4.1.	Análise “funções, ativos e riscos” e fatores de repartição: dois lados da mesma moeda	318
4.2.	A repartição formulaica e o <i>profit split method</i>	324
5.	Conclusão intermédia: o método FA como realizando Justiça fiscal internacional e diminuindo BEPS	329
	<b>CAPÍTULO II – UMA PROPOSTA DE FÓRMULA DE REPARTIÇÃO</b>	331
1.	FA: a escolha dos fatores	331

1.1. A fórmula multifator como imperativo jurídico	333
2. Os três fatores da fórmula e o seu reflexo nas manifestações contabilísticas empresariais	340
3. O fator “ativo”	345
3.1. A definição de ativo tangível	346
3.2. O tratamento dos ativos intangíveis	349
4. O fator “massa salarial”	355
5. O fator “receitas”	360
5.1. A definição do fator	362
5.2. A localização do fator	364
5.3. Receitas e ausência de estabelecimento estável	369
CAPÍTULO III – PROPOSTAS DE IMPLEMENTAÇÃO DE MÉTODO FA	373
1. Implementação do método FA: questões gerais	373
1.1. A atuação global do GMN e o método FA	373
1.2. A contabilidade separada e a necessidade de consolidação de contas do GMN	377
2. Propostas de implementação de método FA com base na contabilidade separada das entidades do GMN	380
3. Comentário às propostas de implementação de método FA apresentadas	387
4. Conclusões intermédia: princípios estruturantes de uma proposta	392
CAPÍTULO IV – A NOSSA PROPOSTA	395
1. Incidência subjetiva	395
2. Incidência objetiva	397
3. Rendimento repartível e responsabilidade tributária	400
4. Compatibilidade da nossa proposta com o regime da CMOCDE	402
4.1. O conceito de rendimento para efeitos da CMOCDE	403
4.2. O nexó tributável	405
4.3. A compatibilidade com o regime de preços de transferência	409
4.4. A dupla tributação e a dupla não tributação	420
4.5. A compatibilidade da nossa proposta com o <i>profit split method</i> : demonstração	422
5. A compatibilidade da nossa proposta com a estrutura do IRC	425
6. Apreciação final: a compatibilidade da nossa proposta com a Justiça fiscal internacional	428
CONCLUSÕES	433
BIBLIOGRAFIA CITADA	447
JURISPRUDÊNCIA CITADA	479

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO INTERNACIONAL GERAL	479
JURISPRUDÊNCIA NACIONAL PORTUGUESA	480
JURISPRUDÊNCIA ARBITRAL PORTUGUESA	480
JURISPRUDÊNCIA DA UE	481
JURISPRUDÊNCIA DOS EUA	482
JURISPRUDÊNCIA DE OUTROS TRIBUNAIS	483
ÍNDICE	485